



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O tema do lucro da intervenção no Brasil sob perspectiva comparada
Autor	RAFAEL DE ANDRADE PETRIU
Orientador	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

O tema do lucro da intervenção no Brasil sob perspectiva comparada

Nome do pesquisador: Rafael de Andrade Petriu

Nome da orientadora: Prof^a. Dra. Me. Lisiane Feiten Wingert Ody

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Direito

Núcleo de Pesquisas em Direito Comparado e Internacional

Prevalece na doutrina e jurisprudência brasileira que os danos relativos aos direitos da personalidade seriam matéria de responsabilidade civil, atribuindo-se à vítima um ressarcimento a título de indenização. Contudo, caso julgado em 2017 pelo Superior Tribunal de Justiça enquadrando a questão em instituto pouco utilizado no Brasil: o lucro da intervenção. O presente trabalho pretende fazer uma investigação de tal instituto no direito brasileiro e compará-lo com o sistema jurídico da Common Law, em que é conhecido como “disgorgement of profits” e está consolidado na prática jurídica. Como o lucro da intervenção carece de regulação explícita no sistema jurídico brasileiro, este trabalho demonstra sua importância em expor nova figura jurídica, que assegura direitos, especialmente os da personalidade e à propriedade. O lucro da intervenção pode ser definido como a obtenção de lucro sobre determinada atividade exercida, a partir da exploração não autorizada de bens e direitos alheios. Desse modo, há a prática de um ato ilícito e o titular dos direitos violados adquire a pretensão de compensação do enriquecimento. Este instituto jurídico se enquadra no enriquecimento sem causa. Esse último é considerado uma fonte do Direito das Obrigações e é observado quando há uma situação em que o acréscimo patrimonial acontece sem uma causa jurídica. Diz o Código Civil brasileiro, em seu artigo 884: “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.” Esta pesquisa se utiliza do método factual, procedendo à comparação de casos do Direito brasileiro e do Direito de países que utilizam o sistema da Common Law. A partir de tal análise busca-se identificar como esse instituto é aplicado em diferentes sistemas jurídicos e trazer novos horizontes para sua aplicação no Brasil. Como ponto de partida no direito brasileiro, tem-se o Recurso Especial Nº 1.698.701 - RJ, julgado pelo STJ em 2017. Nele, a atriz Giovanna Antonelli demandou a restituição dos lucros que uma empresa farmacêutica obteve na venda de produtos atrelados à imagem e ao nome dela, identificando assim a hipótese prevista acima. A presente pesquisa encontra-se em fase inicial, com coleta de dados e leituras preliminares.